



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2602 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ.
Liliane de Fátima Dias Macedo - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Erisvaldo Pereira dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estão sendo implementadas nas duas escolas, E.M Quartel do Indaiá e a E.E Governador Juscelino Kubitschek, que atendem os alunos da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, e analisar como os professores, gestores, e inspetores escolares atuam para garantir a implementação dessa modalidade de educação. A investigação é de caráter qualitativo do tipo documental e empírica, pela qual buscaremos verificar como essas Diretrizes estão sendo implementadas nessas duas escolas a partir da análise de documentos oficiais das escolas e das entrevistas realizadas com diretores, supervisores, professores e inspetores (as) escolares.

Palavras Chave: Educação Quilombola; Diretrizes Curriculares Quilombolas; Escola Quilombola;

A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ESCOLAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUARTEL DO INDAIÁ.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estão sendo implementadas nas duas escolas, E.M Quartel do Indaiá e a E.E Governador Juscelino Kubitschek, que atendem os alunos da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, e analisar como os professores, gestores, e inspetores escolares atuam para garantir a implementação dessa modalidade de educação. A investigação é de caráter qualitativo do tipo documental e empírica, pela qual buscaremos verificar como essas Diretrizes estão sendo implementadas nessas duas escolas a partir da análise de documentos oficiais das escolas e das entrevistas realizadas com diretores, supervisores, professores e inspetores (as) escolares.

Palavras Chave: Educação Quilombola; Diretrizes Curriculares Quilombolas; Escola Quilombola

1. INTRODUÇÃO

A Educação no Brasil é marcada pela presença das desigualdades raciais entre brancos e negros. Nesta histórica desigualdade associam-se os seguintes fenômenos sociais: exclusão, submissão/subalternidade, privilégios, posição de prestígio e manutenção do *status quo*, onde a população quilombola se encontra no mais baixo patamar, vítima de um intenso e histórico processo de invisibilização social. É deste ponto que este trabalho constitui-se em uma investigação que se interessa em saber como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica que foram estabelecidas em 20 de novembro de 2012 têm sido implementadas nas duas escolas que atendem os alunos da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá.

A comunidade quilombola de Quartel do Indaiá fica localizada aproximadamente 49 km da cidade de Diamantina Minas Gerais e a 10km de distância do distrito de São João da Chapada na região do Alto Jequitinhonha. Ela surgiu no início do século XIX, após o fim do Distrito Diamantino com a desativação do posto de fiscalização que havia no local. Para ter acesso a todos os serviços públicos, os moradores precisam se locomover, a pé ou a cavalo, os 10 km de distância até São João da Chapada. Na comunidade existe apenas uma escola seriada que atende os anos iniciais do ensino fundamental. Após essa etapa, os alunos dão continuidade aos estudos em São João da Chapada, onde há uma escola de Ensino Fundamental e Médio (CEDEFES, 2008). Nascimento (2003, p.43) assinala que a comunidade "é uma localidade esquecida do mundo, de uma pobreza enorme".

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB), a Educação Quilombola "deve garantir aos estudantes direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para seu reconhecimento, valorização e continuidade" (BRASIL, 2012, p.3).

Apesar dessas exigências, Miranda (2012) afirma que "a educação escolar destinada à população remanescente de quilombos encontra-se em situação adversa, marcada pela inexistência de escolas localizadas nas comunidades ou pelo funcionamento precário das escolas existentes" (p.374).

Enquanto ex-aluna de um curso em licenciatura, graduada em 2016, posso afirmar que durante toda a minha graduação não tive nenhum contato, através das disciplinas, com a educação quilombola. O primeiro contato se deu ao participar de uma ação de extensão na referida comunidade onde pude perceber, o quão a universidade, assim como o poder público, ignoram completamente a existência desses sujeitos.

Estudos realizados na comunidade como de Almeida (2014) e Murta (2013) assinalam os problemas e dificuldades enfrentados pelos alunos como a precariedade das instalações da escola, falta de merenda escolar, desconhecimento dos professores por parte da cultura local e dificuldades de transporte até São João da Chapada.

Neste sentido, este trabalho constitui-se como uma importante pela sua contribuição social e educativa na a comunidade, uma vez que ele oferece aportes relacionados às concepções e práticas desenvolvidas em seu interior. A implementação dessas diretrizes implica no reconhecimento e valorização da cultura quilombola enquanto área do conhecimento importante e válida para currículos escolares. Assim como o reconhecimento das comunidades quilombolas enquanto grupo formador da sociedade brasileira.

2. OBJETIVO GERAL

Investigar como as Diretrizes Curriculares Nacionais Quilombolas para Educação Básica estão sendo implementadas nas duas escolas, Escola Municipal Quartel do Indaiá e Escola Estadual Governador Juscelino Kubitschek, que atendem os alunos da comunidade quilombola de Quartel do Indaiá.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar como as diretrizes estão sendo contempladas no Projeto Político Pedagógico, na matriz curricular e no calendário das escolas a partir da análise de documental e de depoimentos de trabalhadores da educação; explicitar como os professores envolvidos na comunidade se relacionam com a educação quilombola; analisar o discurso dos atores sociais que estão na gestão, professores, gestores e inspetores; verificar qual o conhecimento esses sujeitos possuem da referida legislação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à educação foi negado aos negros ao longo da história e se apresenta como uma das principais reivindicações desse grupo desde o século XIX (OLIVEIRA E SACRAMENTO, 2013). A partir da década de 1990, diante das pressões do movimento social negro, o governo brasileiro começou a discutir mais sobre a valorização da cultura negra (PCN, 1997), as ações afirmativas como necessidade de reparação para os negros inclusive na área da educação. A partir dos anos 2000 mais iniciativas de reparação para a educação foram tomadas pelo Governo, entre elas a Lei nº 10.639/03 que insere os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. Em 2004 o CNE estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (ABREU, 2013).

A Educação Quilombola foi citada pela primeira vez como modalidade de educação em 2010 nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica instituída pela resolução n. 4/2010 que traz em artigo único que:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (Brasil, 2010a)

Sobre o significado histórico desta modalidade de educação e sua relação com a função social da escola, Miranda (2012) afirma que

"a implantação da modalidade de educação quilombola insere-se numa trajetória de discussões no campo educacional iniciada ainda na década de 1980 e marcada por alto grau de mobilização em torno da reconstrução da função social da escola." (p.371)

Esta mobilização envolveu a luta do movimento negro e das organizações quilombolas até a formulação das DCNEEQEB em 2012, como parte da luta desses movimentos pelo direito à educação. De acordo com o texto das DCNEEQEB, alguns dos objetivos das diretrizes incluem: orientar o sistema de ensino e as escolas na construção e avaliação de seus projetos educativos; garantir a educação escolar quilombola em todas as etapas da educação básica; assegurar que as escolas quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades bem como seus processos próprios de ensino-aprendizagem e suas formas de produção e de conhecimento tecnológico; garantir o direito de consulta e participação da comunidade e de suas lideranças; zelar pela garantia do direito à educação respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais e subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da educação. (BRASIL, 2012)

Apesar da existência dessas Diretrizes e das legislações citadas acima, o cumprimento não se faz de forma efetiva. Em seu texto sobre a Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais, Miranda (2012) aponta a quase inexistência dessa modalidade e afirma que,

A implantação da modalidade de educação quilombola insere-se no conjunto mais amplo de desestabilização de estigmas que definiram, ao longo de nossa história, a inserção subalterna da população negra na sociedade e, consequentemente, no sistema escolar. (p. 374)

Miranda (2012) assinala outro problema enfrentado na implantação da educação quilombola que é a formação de professores. De acordo com ela a formação dos(as) professores(as) está muito aquém da realidade e da necessidade da população quilombola e finaliza afirmando que,

De modo geral, no que se refere à política de educação, as comunidades remanescentes de quilombo em Minas Gerais encontram-se em grande desvantagem. Desconhecimento e precariedade ainda caracterizam os indicadores do atendimento escolar. (p.377)

4. METODOLOGIA

A pesquisa é caráter qualitativo, envolvendo análise documental e depoimentos obtidos através de entrevistas semiestruturadas. Além da legislação estadual sobre a educação quilombola, os documentos oficiais das escolas, como Calendário Escolar, Matriz Curricular e Projetos Políticos Pedagógicos constituem-se no corpus analítico desta investigação.

O depoimentos de diretores, supervisores, professores e demais funcionários da gestão das escolas, assim como o(a) inspetor (a) de ensino responsável pelas escolas constituem-se de base para as provas empíricas desta investigação.. O objetivo é confrontar os dados empíricos, obtidos nas entrevistas, com os dados teóricos da literatura disponível sobre o objeto, nos documentos oficiais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Diversidade Cultural, Reparação e Direitos. **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, no 12, p. 155-163, 2013.

ALMEIDA, Harley Fernandes de. **Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá (MG) e Parque Nacional das Sempre Vivas: direitos, territórios e saúde**. 2014. Dissertação de Mestrado. UFVJM.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jul. 2010a.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília (DF).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 126p 1997.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. CEDEFES. **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI: História e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista brasileira de educação**, v. 17, n. 50, 2012.

MURTA, Nadja Maria Gomes. **O acaso dos casos: estudos sobre alimentação, cultura e história** Tese de doutorado em Ciências Sociais (Antropologia), apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, L. V. **A África do Serro-frio, Vissungos: uma prática social em extinção**. 2003. 129 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, I & SACRAMENTO, M. P. Raça, Currículo e Práxis Pedagógica: Relações Raciais e Educação: O Diálogo Teoria/Prática na Formação de Profissionais do Magistério. **Cadernos Penesb**, Niterói, Editora da UFF, no 12, p. 199-281, 2013.